

ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

**RELATÓRIO
DE GESTÃO E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2017**

ÓRGÃOS NACIONAIS

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

05 Análise da Situação Económica e Financeira

21 Balanço

22 Demonstração de Resultados por Natureza

23 Demonstração de Resultados por Funções

24 Demonstração de Fluxo de Caixa

25 Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

26 Anexo às Contas do Exercício

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

1.1 - Enquadramento geral

Na linha dos exercícios anteriores, as contas da Ordem dos Engenheiros têm vindo a ser progressivamente condicionadas por limitações de diversa natureza que perspetivam dificuldades em garantir o equilíbrio dos exercícios, sobretudo quando os mesmos são marcados por acontecimentos ou eventos associativos que originam gastos extraordinários, como foi o caso de 2017.

Com efeito, o Orçamento para 2017, elaborado em 2016, já tinha previsto um Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 69.850 euros, o que já antecipava alguma dificuldade no equilíbrio da sua execução.

Como seria de esperar, os principais fatores que tiveram impacto direto nos resultados económicos e financeiros do exercício de 2017, foram os seguintes:

- A insuficiência, cada vez mais evidente, dos Ganhos arrecadados pelo Conselho Diretivo Nacional. A redução que ocorreu no ano de 2015, aprovada pela Assembleia de Representantes, num contexto de revisão da política de repartição de quotas e dos decorrentes valores que constituem proveitos do Conselho Diretivo Nacional (CDN), originou, na altura, uma redução de cerca de 175.000 euros nos Rendimentos dos Órgãos Nacionais, impacto que se mantém;
- A sucessiva redução do valor dos apoios institucionais atribuídos à Ordem dos Engenheiros;
- A crescente atividade internacional da Ordem dos Engenheiros, exigências de um novo paradigma que decorre da necessidade de participação e representação em organizações internacionais relevantes e em muitos países com quem foram celebrados protocolos visando facilitar a mobilidade dos nossos membros;
- Os custos acrescidos com deslocações e estadias decorrentes da intensa atividade descentralizada dos diversos órgãos eleitos;
- Os investimentos realizados na melhoria dos serviços prestados e na modernização da organização;
- A realização do XXI Congresso e do Dia Nacional do Engenheiro, que tiveram lugar em novembro de 2017;

Neste cenário, no exercício de 2017 os rendimentos atingiram um valor de 2.614.161,65 euros e os gastos o valor total de 2.600.314,86 euros.

Rendimentos

Em termos reais e relativamente ao exercício de 2017, verificou-se uma redução efetiva dos rendimentos no valor de 231.502,62 euros (8,1%), tendo passado de 2.845.664,27 euros para 2.614.161,65 euros, sendo que o valor previsto no Orçamento era de 2.556.630,00 euros.

Gastos

Relativamente aos gastos registados em 2017, no valor de 2.600.314,86 euros, estes foram inferiores em 384.875,97 euros (-12,9%) aos registados em 2016 (2.985.190,83 euros) e superiores em 4,6% ao valor estimado no Orçamento (2.486.780,00 euros).

As razões detalhadas para este acréscimo constam, mais adiante, deste documento.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Resultado líquido do exercício (RLE)

Como consequência, o resultado líquido do exercício (RLE) teve um valor positivo de 13.846,79 euros.

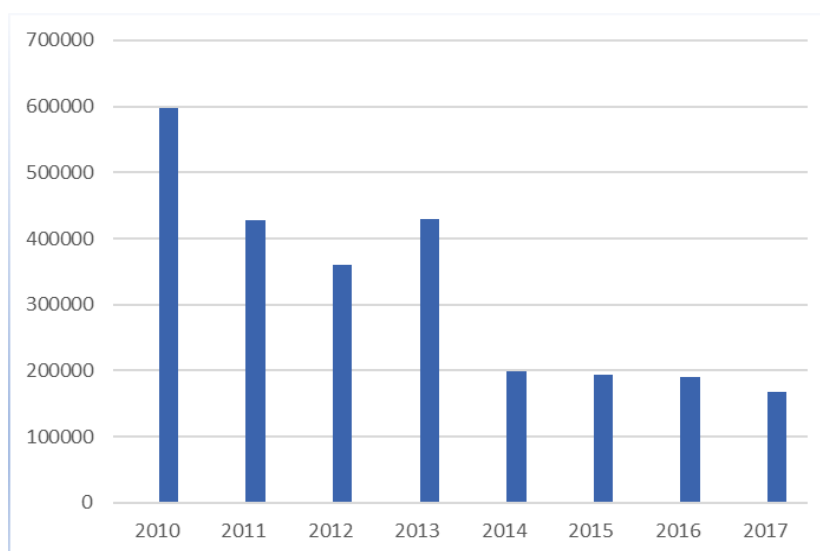
Em comparação com o período homólogo de 2016 (-139.526,56 euros), o RLE foi superior em 153.373,35 euros.

Considerações

No presente Relatório fica visível o impacto que as obrigações estatutárias e eventos que originam custos importantes, tais como a realização do XXI Congresso e do Dia Nacional do Engenheiro, têm no resultado dos sucessivos exercícios, num quadro em que os ganhos começam a ser demonstradamente insuficientes para cobrir os custos correntes.

Alerta-se, pois, para a redução que se tem vindo a registar no valor dos apoios dos institucionais (AGEAS, APCER e CGD) e, em alguns casos (Brisa e EDP) a sua anulação, tendência que, a manter-se, já tem e poderá continuar a ter graves impactos nas contas dos exercícios futuros, comprometendo a sua já débil sustentabilidade.

Evolução dos apoios institucionais



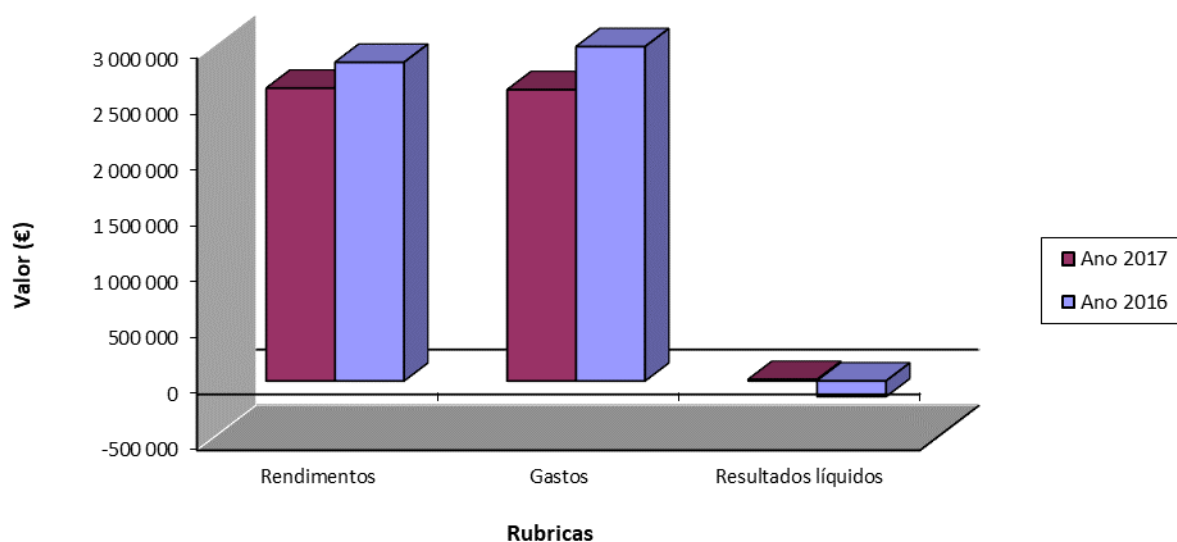
Empresas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AXA/Ageas	414 973,63	284 552,85	203 252,03	304 878,05	121 951,22	121 951,22	121 951,22	121 951,22
CGD	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00	40 000,00
PT	30 000,00	15 000,00	30 000,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDP	30 000,00	30 000,00	30 000,00	20 000,00	20 000,00	15 000,00	15 000,00	0,00
Siemens	30 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brisa	22 500,00	22 500,00	22 500,00	15 000,00	10 000,00	10 000,00	8 000,00	0,00
Apcer	30 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
Total	597 473,63	427 052,85	360 752,03	429 878,05	197 951,22	192 951,22	190 951,22	167 951,22

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Neste contexto, a gestão dos exercícios anuais dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros, ou seja, do Conselho Diretivo Nacional, torna-se extremamente difícil e exigente, porquanto as receitas começam a ser sistematicamente insuficientes para cobrir os custos crescentes que advêm do inevitável aumento da atividade e acrescidas exigências que se colocam à Ordem dos Engenheiros.

Evolução dos Rendimentos e Gastos



1.2 - Gastos

Gastos	2017	Orçamento	2016
CMVMC	2 461,03	3 500,00	2 083,60
Fornecimentos e serviços externos	1 423 141,65	1 146 500,00	1 693 718,07
Gastos com pessoal	960 827,04	1 122 250,00	986 967,99
Gastos de depreciação e amortização	118 134,90	140 000,00	99 283,56
Provisões	0,00	10 000,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	93 932,91	64 460,00	203 027,32
Gastos e Perdas de financiamento	1 817,33	70,00	110,29
Total	2 600 314,86	2 486 780,00	2 985 190,83

Quanto à análise das rubricas de gastos, indicadas no quadro anterior, entendemos referir o seguinte:

Os **fornecimentos e serviços externos** (FSE) registados em 2017, no valor de 1.423.141,65 euros, registaram uma redução de 270.576,42 euros relativamente ao exercício de 2016, ou seja, de cerca de -16%. Em relação ao valor orçamentado (1 146 500,00 euros) verificou-se um acréscimo de 24,1%.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

No quadro seguinte indicam-se os gastos e respetivas variações das diferentes FSE, onde merecem referência as situações posteriormente descritas.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Ano 2017		2017 vs Orçamento		Ano 2016	2017 vs 2016	
	Real	Orçamento	Diferença	Var.		Diferença	Var.
Trabalhos Especializados	263 770,70	207 510,00	56 260,70	27,1%	345 339,44	-81 568,74	-23,6%
Publicidade e Propaganda	28 716,90	7 920,00	20 796,90	262,6%	53 915,12	-25 198,22	-46,7%
Vigilância e Segurança	51 289,16	52 350,00	-1 060,84	-2,0%	55 709,75	-4 420,59	-7,9%
Honorários	60 661,30	77 260,00	-16 598,70	-21,5%	92 016,10	-31 354,80	-34,1%
Conservação e Reparação	56 877,41	56 200,00	677,41	1,2%	56 061,13	816,28	1,5%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	4 680,01	1 170,00	3 510,01	300,0%	749,31	3 930,70	524,6%
Livros e Documentação técnica	0,00	260,00	-260,00	-100,0%	98,68	-98,68	100,0%
Material de Escritório	16 974,40	15 350,00	1 624,40	10,6%	16 985,90	-11,50	-0,1%
Artigos para Oferta	31 089,46	31 370,00	-280,54	-0,9%	19 941,62	11 147,84	55,9%
Eletricidade	19 774,30	23 400,00	-3 625,70	-15,5%	21 950,97	-2 176,67	-9,9%
Combustível	8 106,94	9 240,00	-1 133,06	-12,3%	8 606,05	-499,11	-5,8%
Água	2 411,96	2 300,00	111,96	4,9%	1 900,12	511,84	26,9%
Deslocações e Estadas	414 677,07	304 700,00	109 977,07	36,1%	405 094,10	9 582,97	2,4%
Transportes de pessoal e mercadorias	1 015,09	2 000,00	-984,91	-49,2%	3 562,15	-2 547,06	-71,5%
Rendas e Alugueres	87 567,53	52 380,00	35 187,53	67,2%	63 774,62	23 792,91	37,3%
Comunicação	142 174,71	125 250,00	16 924,71	13,5%	199 812,74	-57 638,03	-28,8%
Seguros	138 055,58	101 090,00	36 965,58	36,6%	127 464,18	10 591,40	8,3%
Contencioso e Notariado	636,00	1 500,00	-864,00	-57,6%	954,91	-318,91	-33,4%
Despesas de Representação	335,95	3 500,00	-3 164,05	-90,4%	952,00	-616,05	-64,7%
Limpeza, Higiene e Conforto	31 743,14	35 570,00	-3 826,86	-10,8%	34 077,50	-2 334,36	-6,9%
Outros Serviços	62 584,04	36 180,00	26 404,04	73,0%	184 751,68	-122 167,64	-66,1%
Total	1 423 141,65	1 146 500,00	276 641,65	24,1%	1 693 718,07	-270 576,42	-16,0%

- Trabalhos Especializados

Esta rubrica refere-se, entre outros, aos gastos decorrentes dos contratos de assessoria jurídica, contabilística, comunicação e informática, dos trabalhos tipográficos para produção da revista Ingenium e na elaboração dos programas dos eventos do CDN, gastos com as comissões de avaliação para atribuição do selo de qualidade EUR-ACE às universidades.

Comparativamente ao período homólogo de 2016, registou-se um decréscimo de 81.568,74 euros (-23,6%).

Em relação ao valor estimado, verificou-se um aumento de 56.260,70 euros, correspondente a uma variação de 27,1%, influenciada pelos trabalhos tipográficos na impressão da revista Ingenium, no valor de 91.700,78 euros (estava previsto o valor de 49.720,00 euros tendo em conta a expectativa de maior adesão dos membros à desmaterialização do envio da revista, o que não aconteceu), pelos encargos com o apoio jurídico nos procedimentos para contratação pública e nos recursos junto das câmaras no seguimento da recusa de projetos de arquitetura apresentados pelos engenheiros no âmbito da Diretiva 2005/36/CE, no valor de 33.379,62 euros (estavam orçamentados 24.370,00 euros) bem como de outros serviços não previstos, no valor de 15.039,95 euros (estavam previstos 9.300,00 euros).

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

– Publicidade e Propaganda

Em comparação com 2016, verificou-se uma variação negativa de 25.198,22 euros (-46,7%), dado que, até maio daquele ano, estavam registados os encargos relativos à publicidade das parcerias institucionais nas duas revistas Ingenium, ainda produzidas pela empresa Ingenium – Edições, Lda., no valor de 34.230,96 euros.

Recorda-se que este tipo de gasto deixou de existir, uma vez que a revista passou a ser propriedade da Ordem dos Engenheiros, por motivos de cessação de atividade da empresa Ingenium – Edições, Lda..

Em relação ao valor estimado no Orçamento, o excedente verificado, no montante de 20.796,90 euros, diz respeito à publicidade que foi difundida nos meios de comunicação no âmbito da realização do XXI Congresso da Ordem dos Engenheiros, cujo valor global se cifrou em 22.088,74 euros.

– Honorários

No exercício de 2017, no valor dos honorários, verificou-se uma redução de 31.354,80 euros (-34,1%) em relação a 2016 e, em relação ao valor previsto no Orçamento, um decréscimo no montante de 16.598,70 euros (-21,5%).

No que respeita ao valor orçamentado, aquela redução prende-se, essencialmente, com um menor recurso ao apoio jurídico externo (recibos verdes) nos procedimentos para contratação pública, bem como pela diminuição dos encargos com o *designer* gráfico da revista Ingenium devida à elaboração de um novo contrato.

Comparativamente ao ano transato, a redução também é justificada por um menor recurso a assessoria jurídica externa (recibos verdes), bem como de outros serviços.

– Artigos para oferta

Em relação ao exercício de 2016 registou-se um aumento de 11.147,84 euros, correspondente a 55,9%, o que se deve à aquisição de lembranças institucionais para os participantes no XXI Congresso e no Dia Nacional do Engenheiro, que totalizaram o valor de 20.859,51 €.

– Deslocações e estadas

Nesta rubrica, onde estão incluídas as refeições (*catering*) e os alojamentos relativos às ações promovidas pela Ordem dos Engenheiros e as deslocações dos membros eleitos no âmbito das suas funções, e em comparação com o ano de 2016, verificou-se que os encargos foram superiores em 9.582,97 euros (2,4%).

Todavia, é de registar um desvio de 109.977,07 euros (+36,1%), em relação ao valor orçamentado, o que se justifica pelo facto de os encargos efetivos terem sido substancialmente superiores aos inicialmente previstos, o que se deve essencialmente às deslocações nacionais (+52.181,04 euros), às deslocações internacionais, no âmbito das relações internacionais naquele período (+35.539,42 euros) e encargos de estadia e alimentação com os membros eleitos no âmbito das suas funções (+16.394,85 euros).

No quadro seguinte encontram-se os valores com maior relevo da rubrica de deslocações e estadas no país e no estrangeiro.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Deslocações e Estadas	Nacional	Estrangeiro	Total
Bastonário	2 195,40	249,07	2 444,47
Vice-Presidentes Nacionais	1 853,47	533,70	2 387,17
CDN	12 241,12	1 758,48	13 999,60
Conselho Coordenador Especializações	1 028,19	0,00	1 028,19
CAQ	1 661,69	0,00	1 661,69
Conselho Jurisdicional	1 148,19	0,00	1 148,19
Assembleia Representantes	3 275,52	0,00	3 275,52
Colégio Nacional Engenharia Civil	5 167,46	276,92	5 444,38
Colégio Nacional Engenharia Eletrotécnica	1 963,61	0,00	1 963,61
Colégio Nacional Engenharia Química e Biológica	983,36	0,00	983,36
Especialização Engenharia Climatização	1 113,72	0,00	1 113,72
Especialização Engenharia Segurança	1 290,10	0,00	1 290,10
VIII Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Mecânica	1 587,50	0,00	1 587,50
XIX Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas	8 959,90	0,00	8 959,90
Reunião "Novo Regime Jurídico das Instalações Elétricas e Gás Natural"	1 115,70	0,00	1 115,70
2.ª Cimeira Bienal Anual e Conferência Temática "Avaliação Imobiliária e Turismo"	0,00	5 062,68	5 062,68
Dia Nacional do Engenheiro	21 786,42	0,00	21 786,42
XXI Congresso	10 945,36	0,00	10 945,36
Programa SIGOE (Sistema de gestão de membros)	2 240,53	0,00	2 240,53
FEANI	2 735,28	12 288,27	15 023,55
ASHRAE	6 474,33	8 163,54	14 637,87
WFEO	1 371,45	0,00	1 371,45
FAELP	0,00	3 693,51	3 693,51
ENAAE	0,00	3 334,88	3 334,88
WCCE	0,00	6 734,42	6 734,42
ECCE	0,00	1 973,85	1 973,85
IFIP	0,00	1 827,05	1 827,05
FIG	0,00	3 690,23	3 690,23
REHVA	0,00	4 510,52	4 510,52
CECPC	0,00	11 442,71	11 442,71
CICCP	0,00	3 773,16	3 773,16
EC (Reino Unido)	0,00	3 098,71	3 098,71
OE Cabo Verde	0,00	5 531,10	5 531,10
OE Moçambique	0,00	1 922,47	1 922,47
CONFEA (Brasil)	0,00	12 405,47	12 405,47
SCI (Colombia)	0,00	13 375,08	13 375,08
UNAICC (Cuba)	0,00	2 936,31	2 936,31
ASCE (EUA)	0,00	1 394,91	1 394,91
8.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia	0,00	2 887,00	2 887,00
FECIC (México)	0,00	4 728,10	4 728,10
Total	91 138,30	117 592,14	208 730,44

– Rendas e alugueres

Em relação ao exercício de 2016, a variação registada foi de 37,3% (+23.792,91 euros).

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Em relação ao valor estimado no Orçamento para 2017, a variação foi de +35.187,53 euros (67,2%), e prende-se principalmente com os gastos a mais incorridos no aluguer de espaços, audiovisuais e decorações para as comemorações do XXI Congresso e do Dia Nacional do Engenheiro, que tiveram lugar em Coimbra, e que não foram, nem podiam ter sido previstos com rigor, aquando da elaboração do Orçamento.

- Comunicação

Em relação ao exercício de 2016, registou-se uma redução de 57.638,03 € (-28,8%), devida, por um lado, à comunicação enviada para a apresentação do novo sistema de gestão de membros (SIGOE), no valor de 20.992,50 euros, bem como o correio relativo ao processo das eleições, no valor de 7.325,32 euros, naquele ano, e por outro lado, em 2017, devido ao envio de menos uma edição da revista bem como à redução do número de exemplares enviados, pela atualização dos dados no SIGOE, e consequente desmaterialização do seu envio para alguns membros, cujo gasto se cifrou em - 32.927,00 €.

Em relação ao valor orçamentado, esta rubrica teve uma variação de 16.924,71 euros, ou seja de mais 13,5%, devido sobretudo a despesas com correios, no montante de 104.368,77 euros, onde se inclui a expedição da revista Ingenium, no valor de 99.547,32 euros.

O montante estimado para esta rubrica foi de 81.000,00 euros tendo em conta a expectativa de maior adesão dos membros à desmaterialização do envio da revista, o que não se verificou.

O Conselho Diretivo Nacional irá fazer nova campanha no sentido de reforçar a baixa adesão que houve na que foi realizada no ano transato.

- Seguros

O aumento de 10.591,40 euros (8,3%), em relação ao ano de 2016, prende-se com o aumento do número de membros efetivos abrangidos por este seguro, passando de 42.475 em 2016 para 46.618 em 2017.

Assim, em 2017, este encargo manteve-se para poder continuar a assegurar a cobertura do número total de membros efetivos ativos, em detrimento de apenas aqueles efetivamente têm necessidade, uma vez que as tentativas para o apuramento dos membros que estão efetivamente interessados revelam-se um exercício extremamente difícil.

Assim, em relação ao valor orçamentado, verificou-se um acréscimo de 36.965,58 euros (+36,6%), decorrente do facto de se ter estimado a redução dos encargos com o seguro de responsabilidade civil profissional (90.000,00 euros).

- Outros serviços

No que respeita ao comparativo com o ano de 2016, verificou-se uma variação negativa de 66,1% (122.167,64 euros) justificada pelo facto de em 2017 não ter havido lugar aos encargos incorridos em 2016 com o processo eleitoral, nomeadamente com a votação eletrónica (33.508,38 euros) e com as participações atribuídas às listas candidatas (78.422,77 euros) e, ainda, a contratação dos serviços da SIBS para a nova aplicação de gestão de membros (SIGOE), no valor de 10.150,11 euros.

O aumento verificado em relação ao valor previsto no Orçamento, no valor de 26.404,04 euros (73%), deve-se aos custos ocorridos com licenças informáticas (16.663,71 euros), bem como de outros gastos pontuais não previstos inicialmente.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Em termos globais, a rubrica dos **gastos com pessoal** registou um decréscimo de 26.140,95 euros (-2,6%), em comparação com o ano de 2016, influenciado pela saída, por motivos de aposentação, em maio de 2017, do Secretário-Geral, bem como pela baixa médica do Diretor do Gabinete Jurídico, a partir de junho de 2016, tendo-se aposentado em setembro de 2017.

Entretanto, durante o ano de 2017, foram admitidos 4 colaboradores, entre os quais, uma jurista para reforço do apoio aos Serviços Jurídicos¹, uma técnica para apoio ao Gabinete de Comunicação², um coordenador para o Gabinete de Informática, Tecnologias da Informação e Comunicação (GITIC)³ bem como uma técnica superiora⁴ para a substituição do atual diretor administrativo e financeiro, que sairá no final do mês de fevereiro de 2018.

- 1- Para substituição de vaga (o Gabinete jurídico tinha 3 juristas e atualmente só tem dois elementos)
- 2- Para substituição de vaga (saída a seu pedido de uma colaboradora);
- 3- Ingresso nos quadros do técnico superior, que desde 2009 já assegurava estes serviços, através de uma empresa que detinha, sendo que os custos se mantiveram e são repartidos a 50% com a Região Sul;
- 4- Admissão por recrutamento público através de empresa de Recursos Humanos, tendo iniciado funções em 4 de dezembro de 2017;

No cômputo global, e em relação a 2016, registou-se no final do exercício uma redução de 3 trabalhadores, pelo que, em 31 de dezembro de 2017, os órgãos nacionais contam com 27 colaboradores.

Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2017	Orçamento	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	91 000,00	91 000	53 551,33
Remunerações de Pessoal	683 098,19	807 100	739 511,90
Encargos s/Remunerações	163 926,06	205 100	168 215,02
Seguros Acidentes de Trabalho	4 803,59	5 300	4 972,46
Outros Gastos com Pessoal	17 999,20	13 750	20 717,28
Total	960 827,04	1 122 250	986 967,99

Os **gastos de depreciação e amortização** totalizaram 118.134,90 euros (99.283,56 euros em 2016), representando uma variação positiva de 19% relativamente ao ano anterior e de menos 15,6% face ao previsto no Orçamento.

Outros Gastos e Perdas	2017	Orçamento	2016
Impostos	3 521,25	1 560,00	3 481,62
Gastos e perdas em subsidiárias	0,00	0,00	130 017,61
Quotizações Nacionais e Internacionais	39 774,93	36 000,00	40 534,55
Prémios de Engenharia	6 600,00	8 400,00	6 600,00
Outros	44 036,73	18 500,00	22 393,54
Total	93 932,91	64 460,00	203 027,32

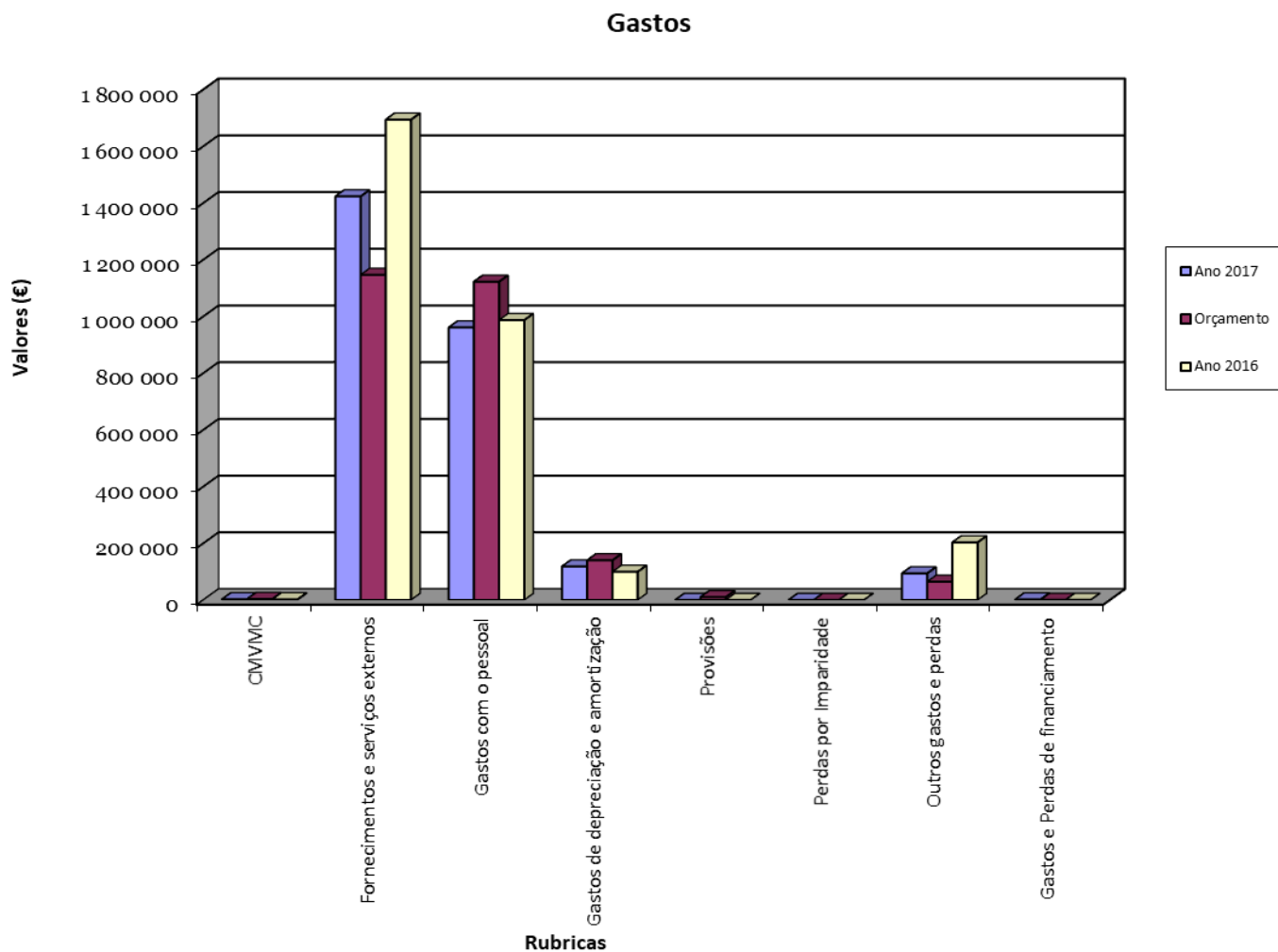
A rubrica **outros gastos e perdas** atingiu o valor de 93.932,91 euros, verificando-se, em relação a 2016, um decréscimo de -109.094,41 euros que se prende com o valor que se encontrava registado na sub-rubrica gastos e perdas em subsidiárias pela assunção de todos os direitos e obrigações da sua participada Ingenium – Edições, Lda., por motivos de cessação de atividade da mesma naquele ano (130.017,61 euros).

Em relação ao valor do Orçamento, registou-se um aumento de 29.472,91 euros (45,7%), justificado, essencialmente pelos encargos registados na sub-rubrica outros gastos (44.036,73 euros) onde se incluem as

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

correções relativas a exercícios anteriores pela contabilização de algumas verbas relativas ao ano transato (8.731,12 euros), ofertas de livros (10.253,11 euros) e de insuficiência de estimativa para vencimentos (16.087,00 euros).



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

1.3 - Rendimentos

O total dos **rendimentos**, no final de 2017, apresentou uma redução de 231.502,62 euros em relação ao exercício anterior (2016), correspondente a uma variação de -8,1%, atingindo o valor global de 2.614.161,65 euros, tendo excedido o valor orçamentado em 57.531,43 euros (+2,3%).

Rendimentos

Rendimentos	2017	Orçamento	2016
Vendas	2 618,54	2 500	1 411,05
Prestações de serviços	2 578 727,77	2 536 180	2 678 740,25
Reversões	0,00	0	106 460,13
Ganhos por aumentos de justo valor	2 829,31	0	3 142,31
Outros rendimentos e ganhos	29 418,74	2 950	47 371,72
Juros e outros rendimentos similares	567,29	15 000	8 538,81
Total	2 614 161,65	2 556 630	2 845 664,27

No exercício de 2017, à semelhança dos anteriores, constata-se que os proveitos mais relevantes foram as **prestações de serviços**, cujo valor ascendeu a 2.578.727,77 euros, representando 98,6% do total das receitas.

Esta rubrica integra as quotas transferidas pelas Regiões, as taxas de candidatura de admissão, os patrocínios e as parcerias institucionais, os proveitos resultantes das ações dos Colégios e Especializações, das avaliações de qualidade EUR-ACE, da formação contínua e da publicidade na revista Ingenium, cujos valores se encontram detalhados como segue:

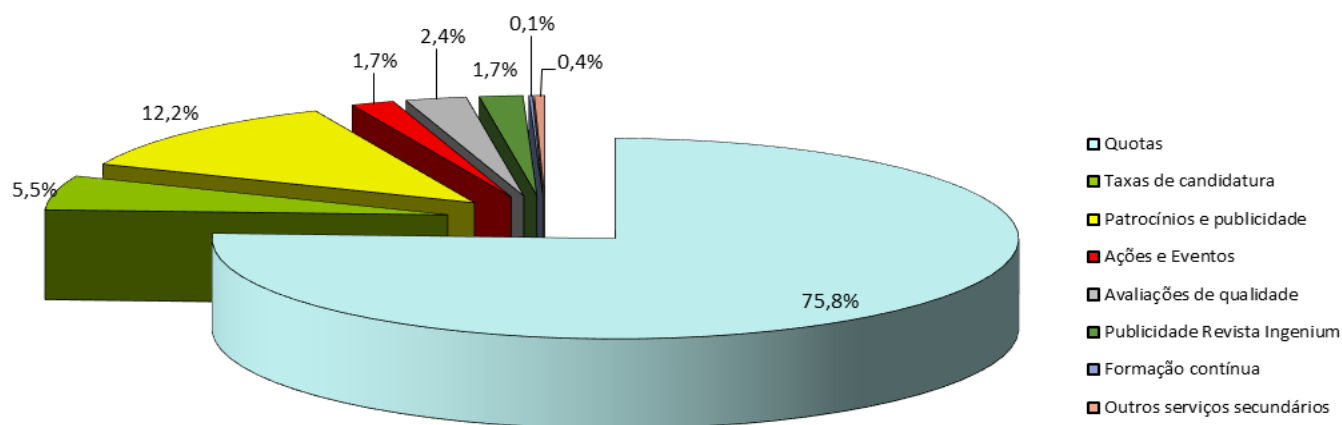
Prestações de serviços	2017	Orçamento	2016
Quotas	1 954 807,19	2 085 750	2 106 574,69
Taxas de candidatura	142 480,00	100 000	179 360,00
Patrocínios e publicidade	314 888,46	243 430	274 011,10
Ações e Eventos	44 479,62	22 000	45 351,00
Avaliações de qualidade	63 000,00	35 000	28 000,00
Publicidade Revista Ingenium	44 742,50	40 000	33 561,66
Formação contínua	3 710,00	10 000	11 881,80
Outros serviços secundários	10 620,00	0	33 561,66
Total	2 578 727,77	2 536 180	2 712 301,91

Apresenta-se um gráfico com o valor das diversas rubricas de prestações de serviços, onde se evidencia claramente a importância que reveste o valor arrecadado das quotas (75,8%), dos patrocínios e publicidade (12,2%) e das taxas de candidatura (5,5%), sendo que as restantes apresentam percentagens residuais.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Prestações de serviços Ano 2017



Como se pode verificar, a fatia com maior expressão é atribuível à cobrança de **quotas**, com valores percentuais transferidos pelas Regiões, com o valor de 1.954.807,19 euros, o que representa um decréscimo de cerca de 7,2% (-151.767,50 euros), relativamente ao exercício de 2016.

Esta redução deve-se basicamente à cobrança tardia de quotas face à entrada em funcionamento do SIGOE e a problemas conexos, com particular impacto na Região Norte, o que, em relação ao ano de 2016, originou uma redução no rendimento dos Órgãos Nacionais de - 179.094,18 euros.

Descrição	Região Norte			Região Centro			Região Sul		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Valores cobrados	1.432.767,53	1.376.719,92	951.862,57	747.948,97	791.854,50	835.005,00	2.465.957,50	2.530.137,00	2.653.665,06
Contributo para Órgãos Nacionais	632.456,46	598.345,26	419.251,08	302.794,03	307.486,74	314.441,35	1.187.710,86	1.200.742,69	1.221.114,76

Relativamente ao montante previsto no orçamento, constata-se um decréscimo de 130.942,81 euros (-6,3 %), pelos motivos acima referidos.

Repetindo a referência que temos feito neste mandato, recorda-se que o último aumento de quotas teve lugar em 2004 e, portanto, há 12 anos que o valor das quotas (120 euros/ano) não sofre qualquer aumento, enquanto os gastos decorrentes do incremento da atividade da Ordem dos Engenheiros, dos novos paradigmas da profissão, sobretudo na internacionalização e na modernização, têm implicado significativos aumentos dos custos, o que conjugadamente com a queda dos apoios institucionais originou uma menor sustentabilidade gestonária.

No que respeita às **taxas de candidatura**, receita oriunda dos pagamentos efetuados pelos candidatos a membros da Ordem dos Engenheiros, há a assinalar uma descida de 36.880,00 euros (-20,6%) em relação ao ano de 2016, que atingiu o valor de 142.480,00 euros no final do exercício de 2017.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

Comparativamente ao previsto no Orçamento, verificou-se um acréscimo desta receita em 42,5%, correspondente a 42.480,00 euros.

Relativamente a **patrocínios e publicidade**, verificou-se um aumento de 14,9%, atingindo 314.888,46 euros em 2017 (274.011,10 euros em 2016), onde se incluem as receitas dos patrocínios resultantes das parcerias institucionais estabelecidas com algumas empresas de referência (167.951,22 euros), bem como os apoios obtidos para a realização de eventos da Ordem dos Engenheiros, entre os quais para o XXI Congresso (100.439,03 euros) e para as 17^{as} Jornadas de Climatização (31.341,44 euros).

Aqui, reitera-se o que já referimos quanto à redução que se tem vindo a registar no valor dos apoios dos institucionais e aos graves impactos nas contas dos exercícios futuros, comprometendo a já débil sustentabilidade dos sucessivos exercícios.

As **ações e eventos** mantiveram-se ao nível do ano anterior, verificando-se uma redução de apenas 871,38 euros (-1,9%), tendo-se obtido uma receita no montante de 44.479,62 euros (45.351,00 euros em 2016).

No entanto, comparativamente com o previsto no Orçamento, as receitas subiram significativamente no valor de 22.479,62 euros, correspondendo a uma variação de 102,2%.

Na rubrica **avaliações de qualidade**, cujo valor final foi de 63.000,00 euros, decorre de 18 (dezoito) atribuições do selo de qualidade EUR-ACE, tendo-se previstas 10 (dez) para o ano de 2017.

Em 2016 foram emitidas 8 atribuições que totalizaram 28.000,00 euros.

Os rendimentos obtidos com a **publicidade na revista Ingenium** atingiram o valor de 44.742,50 euros, tendo uma variação positiva de 33,3% em comparação com o ano transato e de 11,9% em relação ao montante orçamentado.

As receitas com a **formação contínua**, no montante de 3.710,00 euros, correspondem ao programa de acreditação "AcCEdE", tendo sido efetuadas 9 (nove) creditações de ações de formação contínua.

Os **outros serviços secundários** dizem respeito à emissão do cartão europeu de engenheiro, cujo valor ascendeu a 10.620,00 euros, tendo sido emitidos 125 cartões.

Quanto aos **ganhos por aumento de justo valor**, no montante de 2.829,31 euros, dizem respeito à atualização do valor unitário das unidades de participação dos fundos de tesouraria investido no banco Santander, à data de 31 de dezembro de 2017.

Os **outros rendimentos e ganhos**, cujo detalhe se encontra no quadro seguinte, atingiram o valor de 29.418,74 euros, o que corresponde a uma variação negativa de 37,9% relativamente a 2016.

Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2017	Orçamento	2016
Rendimentos suplementares	4 644,96	3 250,00	42 998,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14 733,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	10 040,78	1 000,00	4 372,92
Total	29 418,74	4 250,00	47 371,72

Nos **rendimentos suplementares**, no ano transato, estava incluído o valor de 40.000,00 euros correspondente ao estudo da caracterização das condições de escoamento do rio Mondego, encomendado à Ordem dos Engenheiros pela APA, IP, valor que foi liquidado na íntegra às instituições académicas que o realizaram, o que justifica o seu carácter pontual.

Os **rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros**, no valor de 14.733,00 euros, correspondem à alienação de uma viatura adquirida em 2003, ou seja, com 14 anos e com cerca de 350.000 quilómetros percorridos, pelo valor de 700,00 euros e ao reembolso, pela seguradora, do percentual relativo ao sinistro (inundação) ocorrido no auditório Armando Lencastre (14.033,00 euros).

Os **outros rendimentos e ganhos** prendem-se essencialmente com correções relativas a exercícios anteriores pela contabilização de algumas verbas relativas ao exercício transato (6.460,87 euros).

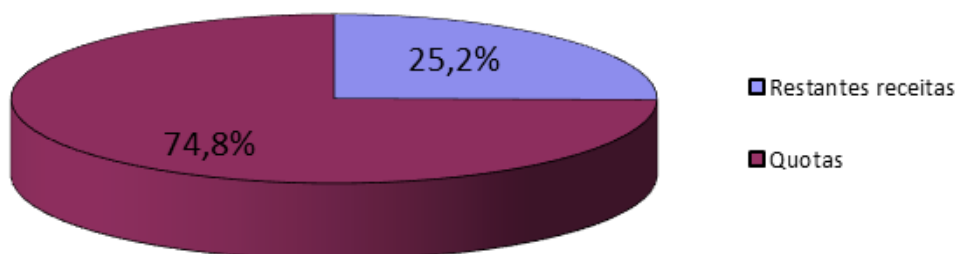
A rubrica de **juros e outros rendimentos similares**, relativa ao registo dos juros ganhos pelas aplicações dos excedentes de tesouraria, atingiu o montante de 567,29 euros, correspondente a uma variação de menos 93,4% em relação a 2016 (8.538,81 euros) e de menos 96,2% em relação ao previsto (15.000,00 euros).

Aquele decréscimo prende-se com o facto de, por um lado, as taxas de juro serem praticamente nulas e, por outro lado, pelas necessidades de tesouraria do CDN, o que obrigou à mobilização parcial de algumas das aplicações antes do final do seu vencimento.

Como destaque, entendemos referir que, apesar das receitas do Conselho Diretivo Nacional resultarem essencialmente das quotas dos membros, no ano de 2017, os rendimentos para além desta rubrica atingiram 659.354,46 euros, representando 33,7% do valor das quotas, 25,2% do total dos rendimentos e 25,4% do total dos gastos.

As receitas das quotas permitiram, assim, cobrir cerca de 75,2% dos gastos totais verificados em 2017.

Rendimentos versus Quotas



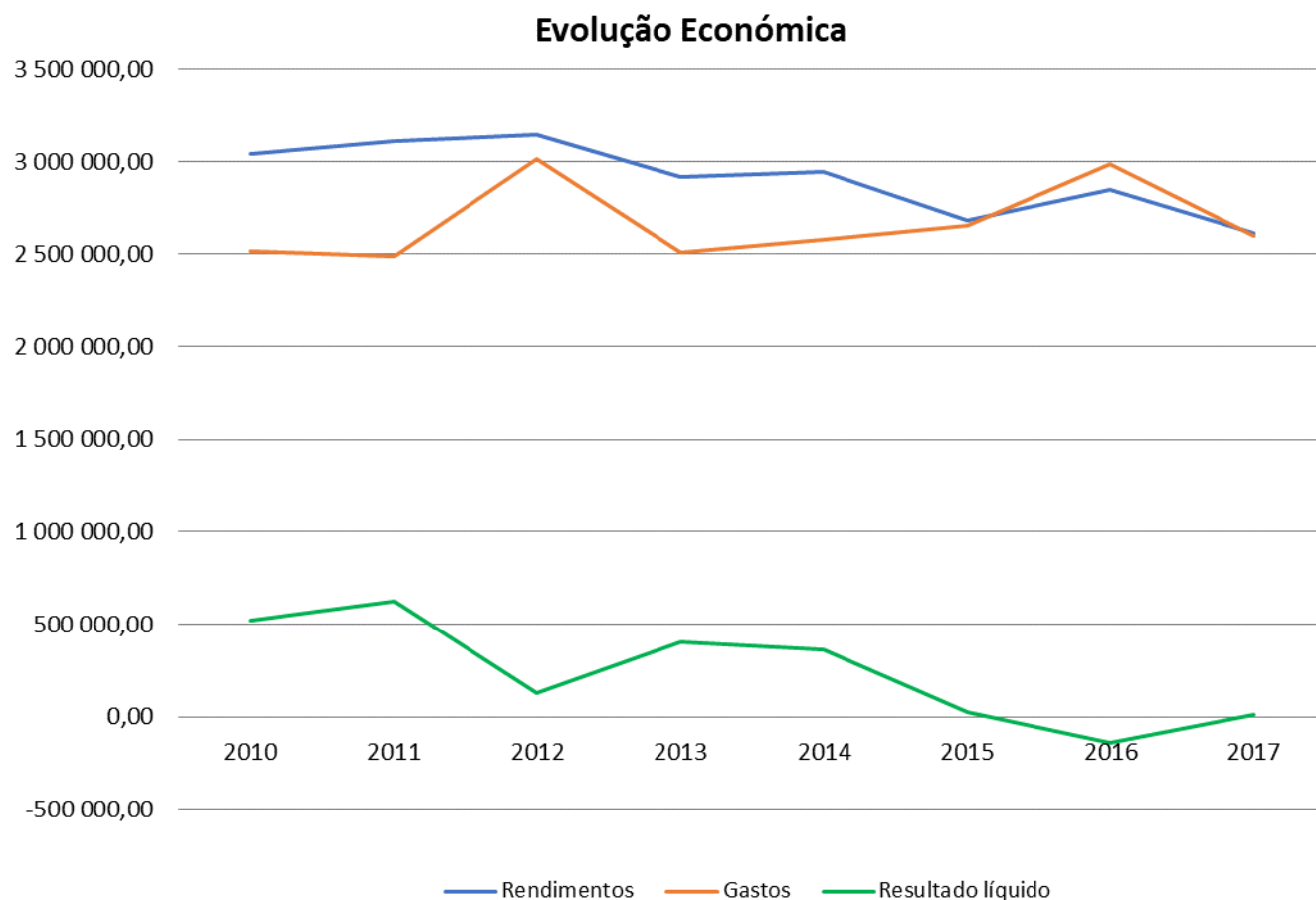
Apesar do crescimento da intervenção da Ordem dos Engenheiros em matérias de interesse público, nomeadamente, na regulação profissional, na emissão de pareceres sobre legislação, na emissão de recomendações e na certificação de cursos de engenharia, e o intenso trabalho desenvolvido na área internacional, entre outras, à semelhança dos anos anteriores, não se registaram quaisquer subsídios ou financiamentos públicos à atividade.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

1.4 - Resultado Líquido do Exercício (RLE)

Na sequência do que atrás foi referido, as contas do exercício de 2017 do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros apresentam um resultado líquido (RLE) positivo, no valor de 13.846,79 euros.



Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimentos	3 038 686,96	3 112 142,69	3 140 121,91	2 917 614,42	2 942 734,16	2 680 101,90	2 845 664,27	2 614 161,65
Gastos	2 516 462,22	2 487 136,16	3 014 439,22	2 510 818,64	2 578 826,31	2 653 362,07	2 985 190,83	2 600 314,86
Resultado líquido	522 224,74	625 006,53	125 682,69	406 795,78	363 907,85	26 739,83	-139 526,56	13 846,79

Neste contexto, torna-se cada vez mais difícil gerir os exercícios anuais dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros, ou seja, do Conselho Diretivo Nacional, porquanto as receitas começam a ser sistematicamente insuficientes para cobrir os custos crescentes que advêm do inevitável aumento da atividade e acrescidas exigências que se colocam à Ordem dos Engenheiros.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

1.5 - Investimentos em ativos fixos e financiamento às Regiões

1.5.1 - Ativos fixos

Ativo Fixo Tangível	2017	2016	Varição
Terrenos e Recursos Naturais	372 998,69	372 998,69	0,00
Edifícios e Outras Construções	2 397 949,96	2 397 949,96	0,00
Equipamento Básico	147 631,07	144 031,86	3 599,21
Equipamento de transporte	110 500,00	134 500,00	-24 000,00
Equipamento Administrativo	582 630,13	566 531,05	16 099,08
Outros	26 433,07	26 275,35	157,72
Total Ativo Fixo Tangível	3 638 142,92	3 642 286,91	-4 143,99
Depreciações acumuladas	-1 908 484,96	-1 847 600,31	-60 884,65
Ativo Fixo Tangível Líquido	1 729 657,96	1 794 686,60	-65 028,64

Ativo Fixo Intangível	2017	2016	Varição
Programas Informáticos	18 497,04	18 497,04	0,00
Portal da OE	81 980,28	81 980,28	0,00
SIGOE	94 294,94	0,00	94 294,94
Outros	4 289,10	4 289,10	0,00
Investimento em curso (SIGOE)	0,00	90 313,35	-90 313,35
Total Ativo Fixo Intangível	199 061,36	195 079,77	3 981,59
Depreciações acumuladas	-126 887,26	-104 613,30	-22 273,96
Ativo Fixo Intangível Líquido	72 174,10	90 466,47	-18 292,37

Os investimentos realizados em ativos fixos, no período em apreço, totalizaram 114.150,95 euros, sendo que 94.294,94 euros dizem respeito à conclusão do programa SIGOE (novo sistema de gestão de membros) que se encontrava em curso no ano anterior. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, no valor de 24.000,00 euros, resultou da venda da já referida obsoleta viatura.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Análise da Situação Económica e Financeira

1.5.2 - Financiamento às Regiões

Até ao final de 2017, o total do financiamento (comparticipação) do CDN às Regiões foi o seguinte:

Financiamentos do CDN às Regiões	Valores		
	Até 2016	2017	Total
Região Norte			
Obras de remodelação na sede	451 361,86	0,00	451 361,86
Obras de requalificação do restaurante	84 114,24	0,00	84 114,24
Obras - Delegação Viana do Castelo	12 160,75	0,00	12 160,75
Obras - Delegação Bragança	0,00	72 654,83	72 654,83
Obras - Delegação Vila Real	0,00	82 927,28	82 927,28
Sub-Total	547 636,85	155 582,11	703 218,96
Região Centro			
Obras de remodelação na sede	822 314,73	0,00	822 314,73
Aquisição do edifício da Delegação Aveiro	122 500,00	0,00	122 500,00
Obras - Delegação Aveiro	9 726,74	0,00	9 726,74
Aquisição do edifício da Delegação Guarda	40 000,00	0,00	40 000,00
Aquisição do edifício da Delegação C. Branco	50 000,00	0,00	50 000,00
Aquisição do edifício da Delegação Viseu	72 500,00	0,00	72 500,00
Obras no edifício da Delegação Viseu	10 787,06	0,00	10 787,06
Sub-Total	1 127 828,53	0,00	1 127 828,53
Região Sul			
Aquisição do edifício da Delegação Évora	20 000,00	0,00	20 000,00
Obras - Delegação Évora	2 000,00	0,00	2 000,00
Aquisição do edifício da Delegação Santarém	26 500,00	0,00	26 500,00
Aquisição do edifício da Delegação Faro	25 000,00	0,00	25 000,00
Aquisição do edifício da Delegação Portalegre	14 100,00	0,00	14 100,00
Sub-Total	87 600,00	0,00	87 600,00
Região da Madeira			
Aquisição do edifício	260 000,00	0,00	260 000,00
Obras	304 172,47	0,00	304 172,47
Mobiliário	38 883,53	0,00	38 883,53
Sub-Total	603 056,00	0,00	603 056,00
Região dos Açores			
Aquisição do edifício	247 000,00	0,00	247 000,00
Obras	541 968,31	0,00	541 968,31
Mobiliário	20 270,52	0,00	20 270,52
Sub-Total	809 238,83	0,00	809 238,83
Total	3 175 360,21	155 582,11	3 330 942,32

1.6 - Aplicação de Resultados

Em virtude de não possuir capital social, nem tal se encontrar consignado nos estatutos, a Ordem dos Engenheiros não está abrangida pela obrigatoriedade de constituir reservas (Artºs 218º e 295º do Código das Sociedades Comerciais), o Conselho Diretivo Nacional propõe que o resultado líquido (RLE) apurado no exercício de 2017, no valor de 13.846,79 euros, seja transferido para resultados transitados.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Balanço

1.7 – Balanço e Demonstração dos Resultados

Balanço

SNC	ATIVO	NOTAS	(euros)	
			31-dez-2017	31-dez-2016
			Ativo Líquido	Ativo Líquido
	Ativo não corrente			
43+45	Ativos fixos tangíveis	6.1	1.729.657,96	1.794.686,60
44+45	Ativos fixos intangíveis	7.1	72.174,10	90.466,47
41	Participações financeiras - outros métodos		4.002,03	2.568,61
	TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		1.805.834,09	1.887.721,68
	Ativo corrente			
32 a 36	Inventários	9.2	175.926,61	180.444,87
21	Clientes	11.2 a)	121.739,87	150.402,82
228	Adiantamentos a fornecedores	11.2 a)	277,00	9.025,40
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	6.773,21	12.432,77
26	Regiões c/c	11.2 a)	619.224,53	669.017,88
23+27	Outras contas a receber	11.2 a)	80.179,64	148.704,63
28	Diferimentos	11.2 c)	138.509,59	143.443,13
14	Outros ativos financeiros	4.2; 11.2 d)	744.495,98	742.470,64
11 a 13	Caixa e depósitos bancários	4.2; 11.2 e)	1.844.610,26	1.829.114,73
	TOTAL DO ATIVO CORRENTE		3.731.736,69	3.885.056,87
	TOTAL DO ATIVO		5.537.570,78	5.772.778,55
SNC				
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDOS PATRIMONIAIS			
551	Reservas legais	11.2 f)	4.884,19	4.884,19
552 a 558	Outras reservas	11.2 f)	70.721,46	70.721,46
56	Resultados transitados	11.2 f)	8.295.620,75	8.348.401,50
57	Ajustamentos em ativos financeiros	11.2 f)	0,00	86.745,81
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	11.2 f)	-3.330.942,32	-3.175.360,21
	Sub-total		5.040.284,08	5.335.392,75
81	Resultado líquido do exercício		13.846,79	-139.526,56
	TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		5.054.130,87	5.195.866,19
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	8.1	0,00	0,00
	TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		0,00	0,00
	Passivo corrente			
22+27	Fornecedores	11.2 a)	105.875,03	194.741,50
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	67.830,89	62.565,69
26	Regiões c/c	11.2 a)	16.357,82	9.287,05
23+27	Outras contas a pagar	11.2 a)	269.415,46	270.835,04
28	Diferimentos	11.2 c)	23.960,71	39.483,08
	TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		483.439,91	576.912,36
	TOTAL DO PASSIVO		483.439,91	576.912,36
	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		5.537.570,78	5.772.778,55

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas

(euros)

SNC	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
71+72	Vendas e Serviços Prestados	10.2	2.581.346,31	2.680.151,30
	Sub-Total		2.581.346,31	2.680.151,30
78/68	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos	12.3	0,00	-130.017,61
	Sub-Total		2.581.346,31	2.550.133,69
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.3	-2.461,03	-2.083,60
62	Fornecimentos e serviços externos	12..1	-	-
63	Gastos com pessoal	12.2	-960.827,04	-986.967,99
	Sub-Total		-2.461,03	-2.083,60
65/76	Outras Imparidades (perdas/reversões)	8.1	0,00	106.460,13
77/66	Aumentos/reduções do justo valor	10.2	2.829,31	3.142,31
78	Outros rendimentos e ganhos	10.2	29.418,74	47.371,72
68	Outros gastos e perdas	12.3	-93.932,91	-73.009,71
	Resultado antes de depreciações, gastos/rendimentos de financiamento e impostos		133.231,73	-48.671,52
64/76	Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-118.134,90	-99.283,56
	Resultado operacional (antes de gastos/rendimentos de financiamento e impostos)		15.096,83	-147.955,08
79	Juros e rendimentos similares	10.2	567,29	8.538,81
69	Juros e gastos similares		-1.817,33	-110,29
	Resultados antes de impostos		13.846,79	-139.526,56
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
81	Resultado líquido do período		13.846,79	-139.526,56

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Vendas e serviços prestados (71 + 72)	2.581.346,31	2.680.151,30
Custo das vendas e dos serviços prestados (conta 61 + 622)	-468.566,50	-609.595,83
Resultado bruto	2.112.779,81	2.070.555,47
Outros rendimentos (75, 76, 77 e 78)	32.248,05	156.974,16
Gastos de distribuição (625)	-415.692,16	-408.656,25
Gastos administrativos (todas as outras contas de gastos)	-1.620.305,96	-1.763.801,14
Outros gastos (contas 67 e 68)	-93.932,91	-203.027,32
Resultado operacional (antes de gastos/rendimentos de financiamento e impostos)	15.096,83	-147.955,08
Gastos/rendimentos de financiamento líquidos (69 e 79)	-1.250,04	8.428,52
Resultado antes de impostos	13.846,79	-139.526,56
Resultado líquido do período	13.846,79	-139.526,56

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		2 695 465,59	2 786 838,56
Pagamentos a fornecedores		-1 444 049,32	-1 670 613,23
Pagamentos ao pessoal		-951 183,85	-988 298,19
Caixa gerada pelas operações		300 232,42	127 927,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13 181,33	8 056,46
Outros recebimentos/pagamentos		-66 458,45	-305 519,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		246 955,30	-169 535,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-29 683,43	-33 624,22
Ativos intangíveis		-43 981,59	-20 802,11
Investimentos financeiros		-1 433,42	-128 883,20
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		700,00	0,00
Juros e rendimentos similares		567,29	8 538,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-73 831,15	-174 770,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-21,17	-108,84
Redução de fundos		-155 582,11	-105 919,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-155 603,28	-106 028,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		17 520,87	-450 335,31
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 571 585,37	3 021 920,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 589 106,24	2 571 585,37

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Descrição	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 (1)		75 605,65	8 321 661,67	86 745,81	-3 069 440,43	26 739,83	5 441 312,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)		26 739,83		-105 919,78	-26 739,83	-105 919,78
SUB-TOTAL (2)			26 739,83		-105 919,78	-26 739,83	-105 919,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)						-139 526,56	-139 526,56
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)						-166 266,39	-245 446,34
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Outras operações							
SUB-TOTAL (5)							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 (6=1+2+3+5)		75 605,65	8 348 401,50	86 745,81	-3 175 360,21	-139 526,56	5 195 866,19

Descrição	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 (6)		75 605,65	8 348 401,50	86 745,81	-3 175 360,21	-139 526,56	5 195 866,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)		-52 780,75	-86 745,81	-155 582,11	139 526,56	-155 582,11
SUB-TOTAL (7)			-52 780,75	-86 745,81	-155 582,11	139 526,56	-155 582,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8)						13 846,79	13 846,79
RESULTADO EXTENSIVO (9=7+8)						153 373,35	-141 735,32
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Outras operações							
SUB-TOTAL (10)							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 (11=6+7+8+10)		75 605,65	8 295 620,75		-3 330 942,32	13 846,79	5 054 130,87

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D

1.3 - Natureza da atividade:

A Ordem dos Engenheiros é uma associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro (nº 1, do artº 1º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros).

A Ordem dos Engenheiros é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar. (nº 2, do artº 1º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros).

A Ordem dos Engenheiros tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando o esforço dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (nº 1, artº 4 do citado estatuto).

A Ordem dos Engenheiros tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D, em Lisboa, onde estão sediados os Serviços Centrais e Direções Regionais em Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores.

As presentes Demonstrações financeiras respeitam apenas ao Conselho Diretivo Nacional.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, que instituiu o Regime de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, no Aviso nº 6726-B/2011, de 10 de março de 2011.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2016.

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros/CDN, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	20/50 Anos
Obras e beneficiações	10 Anos
Equipamento básico	4/8 Anos
Equipamento de transporte (viaturas ligeiras)	4 Anos
Equipamento administrativo	3/8 Anos

Os bens de reduzido valor são amortizados no próprio exercício.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.3 - Imparidade de ativos

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de reversões de perdas por imparidade e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.5 - Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem dos Engenheiros/CDN e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.6 - Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Ordem dos Engenheiros/CDN de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidade após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas Regiões para determinação do rendimento global.

3.7 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Ordem dos Engenheiros/CDN tem em consideração informação de mercado que demonstre

que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

d) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

3.8 - Benefícios dos empregados

A Ordem dos Engenheiros/CDN atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Retribuições ocasionais pela eventual realização de trabalho extraordinário, outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo Nacional e seguros de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o critério atrás referido.

3.9 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.10 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros/CDN.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e dos depósitos à ordem.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	4.218,49	2.741,57
Depósitos à ordem	1.140.391,77	259.373,16
Outros depósitos bancários	700.000,00	1.567.000,00
Outros instrumentos financeiros	744.495,98	742.470,64
Total	2.589.106,24	2.571.585,37

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, que nos fornece informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros/CDN.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Relacionamentos com Empresa-mãe

Não existem partes relacionadas.

5.2 - Remunerações do pessoal

A gestão da Ordem dos Engenheiros/CDN é exercida pelo Bastonário, pelos dois Vice-Presidentes nacionais e pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Diretivos das Regiões, que constituem o órgão colegial de governação.

Com a alteração efetuada aos Estatutos da Ordem dos Engenheiros operada pela Lei nº 123/2015 de 2 de setembro de 2015, que passou a ser permitir a remunerar os cargos dos órgãos executivos nos termos do n.º 3 do seu Art.º 62.º, a Assembleia de Representantes, na reunião de 12 de março de 2016, ou seja, após a entrada em vigor do novo Estatuto e antes do ato eleitoral que conduziu à eleição dos atuais órgãos sociais, deliberou atribuir e fixar o valor do salário do Bastonário, único órgão remunerado, desde que os cargos dos órgãos executivos,

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

sejam exercidos com caráter de regularidade e permanência, nos termos do Estatuto e do Regulamento aprovado pela Assembleia de Representantes.

Durante o ano de 2017 foram registados encargos no montante global de 101.010,00 euros, que incluem a remuneração e demais custos associados.

Os encargos do Revisor Oficial de Contas, no ano de 2017, ascenderam a 12.733,00 euros.

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.
- A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	Adições	Alienações	Abates	Transferências	31-12-2017
Terrenos e Recursos Naturais	372.998,69	0,00	0,00	0,00	0,00	372.998,69
Edifícios e Outras Construções	2.397.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.397.949,96
Equipamento Básico	144.031,86	3.599,21	0,00	0,00	0,00	147.631,07
Equipamento de Transporte	134.500,00	0,00	-24.000,00	0,00	0,00	110.500,00
Equipamento Administrativo	566.531,05	18.64,37	0,00	-2.065,29	0,00	582.630,13
Outros Ativos tangíveis	26.275,35	157,72	0,00	0,00	0,00	26.433,07
Total Ativo Tangível Bruto	3.642.286,91	21.921,30	-24.000,00	-2.065,29	0,00	3.638.142,92
Depreciação Acumulada						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	1.035.927,41	61.924,57	0,00	0,00	0,00	1.097.851,98
Equipamento Básico	114.494,71	7.330,90	0,00	0,00	0,00	121.825,61
Equipamento de Transporte	134.500,00	0,00	-24.000,00	0,00	0,00	110.500,00
Equipamento Administrativo	537.447,99	16.543,73	0,00	0,00	-1.663,83	552.327,89
Outros Ativos tangíveis	25.230,20	749,28	0,00	0,00	0,00	25.979,48
Total Depreciação Acumulada	1.847.600,31	86.548,48	-24.000,00	0,00	-1.663,83	1.908.484,96
Perdas por imparidade e reversões acumuladas						
Depreciação Acumulada	1.847.600,31	86.548,48	-24.000,00	0,00	-1.663,83	1.908.484,96
Ativo Tangível Líquido	1.794.686,60	-64.627,18	0,00	-2.065,29	1.663,83	1.729.657,96

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

O movimento das depreciações detalha-se como segue:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Depreciação ativo fixo corpóreo	86.548,48	93.509,12
Depreciação ativo fixo incorpóreo	22.273,96	76,56
Depreciação imputadas à Região Sul	-9.248,58	-10.870,67
Depreciação imputadas pela Região Sul	18.561,04	15.905,56
Total	118.134,90	98.620,57

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis

- Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho
- A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas e a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	Adições	Transferências	31-12-2017
Programas de Computador	18.497,04	0,00		18.497,04
Outros ativos Intangíveis	86.269,38	3.981,59	90.313,35	180.564,32
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis	90.313,35	0,00	-90.313,35	0,00
Ativo Intangível Bruto	195.079,77	3.981,59	0,00	199.061,36
Amortizações acumuladas	104.613,30	22.273,96	0,00	126.887,26
Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	
Depreciação Acumulada	104.613,30	22.273,96	0,00	126.887,26
Ativo Intangível Líquido	90.466,47	-18.292,37	0,00	72.174,10

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Ver Nota 3.

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Ordem dos Engenheiros/CDN detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2017			31-12-2016		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	175.926,61	0,00	175.926,61	180.444,87	0,00	180.444,87
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	175.926,61	0,00	175.926,61	180.444,87	0,00	180.444,87

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	180.444,87	0,00	180.444,87
Compras	5.828,78	0,00	5.828,78
Regularizações	-7.886,01	0,00	-7.886,01
Saldo final	175.926,61	0,00	175.926,61
Gastos no exercício	2.461,03	0,00	2.461,03

10 - RÉDITO

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Ver Nota 3.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 e 2016 relativo a vendas e prestações de serviços e outros ganhos, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Vendas	2.618,54	1.411,05
Quotas e taxas de candidatura	2.097.287,19	2.285.934,69
Outros serviços	481.440,58	392.805,56
Reversões	0,00	106.460,13
Ganhos em ativos financeiros	2.829,31	3.142,31
Rendimentos suplementares	4.644,96	42.998,80
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	24.773,78	4.372,92
Juros	567,29	8.538,81
Total	2.614.161,65	2.845.664,27

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Ver Nota 3.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) Clientes/Fornecedores/Regiões c/c/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Regiões c/c/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Clientes	121.739,87		121.739,87	150.402,82		150.402,82
Fornecedores	277,00		277,00	9.025,40		9.025,40
Pessoal	651,83		651,83	500,00		500,00
Regiões c/c	619.224,53		619.224,53	669.017,88		669.017,88
Outros créditos	79.527,81		79.527,81	148.204,63		148.033,17
Perdas por imparidade	0,00		0,00	0,00		0,00
Total do Ativo	821.421,04	0,00	821.421,04	977.150,73	0,00	977.150,73
Passivos						
Clientes	0,00		0,00	0,00		0,00
Fornecedores	105.875,03		105.875,03	194.741,50		194.741,50
Pessoal	14,46		14,46	0,00		0,00
Regiões c/c	16.357,82		16.357,82	9.287,05		9.287,05
Outros débitos	269.401,00		269.401,00	270.835,04		270.835,04
Total do Passivo	391.648,31	0,00	391.648,31	474.863,59	0,00	474.863,59
Total líquido	429.772,73	0,00	429.772,73	502.287,14	0,00	502.287,14

b) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	581,32	0,00	581,32	12.432,77	0,00	12.432,77
Retenção de impostos sobre rendimentos	5.916,00	0,00	5.916,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	275,89	0,00	275,89	0,00	0,00	0,00
Total	6.773,21	0,00	6.773,21	12.432,77	0,00	12.432,77
Passivos						
Retenção de impostos sobre rendimentos	28.443,86	0,00	28.443,86	14.142,90	0,00	14.142,90
Imposto sobre o valor acrescentado	19.040,93	0,00	19.040,93	29.825,92	0,00	29.825,92
Contribuições para a segurança social	20.238,36	0,00	20.238,36	18.566,87	0,00	18.566,87
Outras tributações	107,74	0,00	107,74	0,00	0,00	0,00
Total	67.830,89	0,00	67.830,89	62.565,69	0,00	62.565,69

c) Diferimentos

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	385,62	0,00	385,62	4.131,72	0,00	4.131,72
Imobilizado imputado pela Região Sul	106.151,99	0,00	106.151,99	90.591,26	0,00	90.591,26
Conservação plurienal (obras)	29.307,72	0,00	29.307,72	43.961,58	0,00	43.961,58
Outros gastos	2.664,26	0,00	2.664,26	4.758,57	0,00	4.758,57
Total	138.509,59	0,00	138.509,59	143.443,13	0,00	143.443,13
Rendimentos a reconhecer						
Imobilizado Imputado à Região Sul	23.110,71	0,00	23.110,71	34.590,92	0,00	34.590,92
Outros rendimentos	850,00	0,00	850,00	4.892,16	0,00	4.892,16
Total	23.960,71	0,00	23.960,71	39.483,08	0,00	39.483,08

d) Outros instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros instrumentos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros instrumentos financeiros						
Ativos						
Instrumentos financeiros detidos para negociação	744.495,98	0,00	744.495,98	742.470,64	0,00	742.470,64
Total	744.495,98	0,00	744.495,98	742.470,64	0,00	742.470,64

e) Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	4.218,49	2.741,57
Depósitos à ordem	1.140.391,77	259.373,16
Outros depósitos bancários	700.000,00	1.567.000,00
Total	1.844.610,26	1.829.114,73

f) Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fundos Patrimoniais		
Reservas legais	4.884,19	4.884,19
Outras reservas	70.721,46	70.721,46
Resultados transitados	8.295.620,75	8.348.401,50
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	86.745,81
Outras variações nos fundos patrimoniais	-3.330.942,32	-3.175.360,21
Resultado líquido do período	-13.846,79	-139.526,56
Total	5.054.130,87	5.195.866,19

As outras variações nos fundos patrimoniais, do ano de 2017, no montante -3.330.942,32 euros, respeitam aos valores transferidos do Conselho Diretivo Nacional para as Regiões para participação na aquisição de ativos fixos tangíveis. No exercício de 2017 esta rubrica teve uma variação de 155.582,11 euros, conforme se detalha:

Descrição	31-12-2017
Detalhe das variações de outras variações nos fundos patrimoniais	
Saldo inicial	3.175.360,21
Participação em Obras Delegação de Bragança	72.654,83
Participação em Obras Delegação de Vila real	82.927,28
Total	3.330.942,32

Quanto à variação ocorrida nos resultados transitados resulta no seguinte:

Descrição	31-12-2017
Detalhe das variações de resultados transitados	
Saldo inicial	8.348.401,50
Transferência do resultado líquido de 2016	-139.526,56
Transferência dos ajustamentos em ativos financeiros para resultados transitados	86.745,81
Total	8.295.620,75

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Anexo às Contas de Exercício

12.1 - Serviços Externos

Os gastos com serviços externos no exercício de 2017 e 2016, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Serviços especializados	466.105,47	607.512,23
Materiais	52.743,87	38.636,38
Energia e fluidos	30.293,20	32.457,14
Deslocações estadas e transportes	415.692,16	408.656,25
Serviços diversos e outros gastos	458.306,95	606.456,07
Total	1.423.141,65	1.693.718,07

12.2 - Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal, nos exercícios de 2017 e 2016, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Remuneração dos Órgãos Sociais	91.000,00	53.551,33
Remunerações do pessoal	683.098,19	739.511,90
Encargos sobre remunerações	163.926,06	168.215,02
Seguros acidentes de trabalho	4.803,59	4.972,46
Outros gastos com pessoal	17.999,20	20.717,28
Total	960.827,04	986.967,99

Os órgãos sociais da Ordem dos Engenheiros não são remunerados, com exceção do Bastonário, nas condições referidas em 5.2. No presente exercício, tal como no anterior, os encargos destas remunerações foram 91.000,00 euros e 10.010,00 euros de encargos sociais obrigatórios, incluídos na rubrica “encargos sobre remunerações”.

12.3 - Outros gastos e perdas

Os gastos acumulados na rubrica outros gastos e perdas, nos exercícios de 2017 e 2016, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	3.521,25	3.481,62
Gastos e perdas em subsidiárias	0,00	130.017,61
Quotizações nacionais e internacionais	39.774,93	40.534,55
Outros	50.636,73	28.993,54
Total	93.932,91	203.027,32

12.4 - Número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31 de dezembro de 2017

No exercício de 2017, o número médio de pessoas ao serviço do Conselho Diretivo Nacional foi de 30. Além destes funcionários, o Conselho Diretivo Nacional teve ainda a colaboração de 42 colaboradores, em regime de independentes, a tempo parcial.

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 20 de fevereiro de 2018.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ordem dos Engenheiros/CDN e dos restantes Órgãos Nacionais, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

O Conselho Diretivo Nacional

Carlos Alberto Mineiro Aires	Carlos Alberto Loureiro
Fernando de Almeida Santos	Joaquim Poças Martins
Carlos Alberto Duarte Neves	Armando Baptista da Silva Afonso
Isabel Cristina Pestana da Lança	António Carlos Laranjo da Silva
Maria Helena Kol Rodrigues	Paulo Botelho Moniz
Pedro Jardim Fernandes	

O Diretor Administrativo e Financeiro

Vítor Rosa